



*Handwritten signature and date: F. de J. 2018*

## PARECER DO CONSELHO FISCAL | DEFINITÓRIO

### Relatório de Atividades e Contas – Exercício 2017

Em obediência ao previsto nas alíneas a), b) e c) do artigo 31º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, reuniu, no dia 9 de Março de 2018, pelas dezoito horas, na sala de reuniões da Santa casa da Misericórdia de Arganil, o Conselho Fiscal / Definitório, tendo como primeiro ponto da sua ordem de trabalhos, analisar e emitir parecer sobre o relatório de Atividades e Contas relativo ao exercício de 2017.

Analisado e discutido o referido documento, bem como obtidos os esclarecimentos necessários junto da Mesa Administrativa e serviços de apoio, destacamos que em relação às atividades desenvolvidas foi possível verificar a concretização na generalidade dos objetivos a que a Mesa se propôs atingir, nomeadamente:

1. Continuidade da Requalificação dos espaços do Complexo Social;
2. Manutenção das Parecerias com Setor Estado;
3. Promoção da Mata das Misericórdias;
4. Assegurar Formação interna / externa colaboradores;
5. Procurar dar início trabalhos Remodelação Hospital Condessa das Canas;
6. Procurar dar início Recuperação Cineteatro Alves Coelho;
7. Manutenção de oferta Cultural e Artística;
8. Promoção da Sustentabilidade da Misericórdia;
9. Valorização Património;

Quanto à execução económico-financeira o Conselho Fiscal constatou a manutenção das dificuldades em relação aos **atrasos nos pagamentos devidos pela ARS-C, quer em relação ao funcionamento do Hospital Dr. Fernando Vale, quer em relação ao funcionamento da Unidade de Medicina Física de Reabilitação da Misericórdia**, factos que condicionaram a atuação da Instituição e exigiram um esforço permanente para a concretização das metas que se dispôs a alcançar.

De igual modo, a área da cooperação com a Segurança Social, deu nota de atrasos nos pagamentos, designadamente com a execução do programa da Rede Local de Intervenção Social (RLIS).

Tais atrasos, decorrentes ora dos acordos de cooperação com o Setor Estado ora de convenções com o mesmo, conjugados com as dívidas de utentes e outras entidades, designadamente a autarquia, e apenas na componente corrente da instituição, totalizaram a 31 de Dezembro 302.588,57€.

2018

Por outro lado, e apesar da atualização dos acordos de cooperação no âmbito das respostas sociais do Complexo Social terem apresentado um valor de 2,1%, superior ao inicialmente estabelecido em orçamento (1%), não podemos deixar de referir que a atualização do salário Mínimo Nacional teve um aumento de 5%. Isto sem falar da ausência de qualquer atualização no âmbito dos Cuidados Continuados nos 11 meses de 2017, tendo se verificado apenas em Dezembro uma revisão de 0,6%.

Tendo por base a demonstração de resultados, verificamos que foram obtidos 2.857.420,57€ do lado dos rendimentos, mais 4,56% face ao orçamento, e no campo dos gastos registaram-se 2.757.990,01€, representando neste caso um crescimento, também face ao orçamento, de apenas 0,99%, correspondendo a mais 26.936,01€.

Apurada a diferença entre rendimentos e gastos relativos ao exercício de 2017 verificou-se um resultado líquido positivo de 99.430,56€.

De realçar que, face ao exercício de 2016, no campo dos gastos verificou-se uma redução de 5,46%, a que correspondeu menos 159.295,94€, enquanto do lado dos rendimentos obteve-se um crescimento de 4,3%, ou seja, mais 119.746,56€.

Relativamente ao investimento, foi possível verificar que a Misericórdia, por estar dependente da concretização de operações de venda autorizadas pela Assembleia Geral, mas que não se vieram a concretizar, apenas realizou o investimento compatível com os seus recursos, transitando parte significativa do investimento preconizado, conforme orçamento aprovado para esse ano.

Assim, em 2017, a Instituição concretizou 277.835,14€ de investimento.

O Conselho Fiscal | Definitório concluiu que a Mesa Administrativa executou as linhas gerais que se propôs concretizar para a Misericórdia, numa lógica cuidada de gestão dos seus recursos, sem descuidar a sua componente social e com a convicção de defesa do seu património e das decisões da Assembleia Geral.

Deste modo, o Conselho Fiscal | Definitório **deliberou, por unanimidade, dar parecer positivo ao Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2017, sugerindo a devida aprovação em Assembleia Geral, propondo ainda, um voto de louvor pelo trabalho desenvolvido, quer à Mesa Administrativa, na pessoa do seu Provedor e quer aos colaboradores que se empenharam nos resultados obtidos e na preparação da documentação de suporte.**

Arganil, 9 de Março de 2018

O Conselho Fiscal / Definitório

Maria Círculo Gomes Costa yorge  
Mário Sousa da Conceição  
Fernando Neves Afonso